

O PROCESSO DAS PEQUENAS CAUSAS

(soluções extrajudiciais + procedimentos jurisdicionais)

Athos Gusmão Carneiro

Desembargador do Tribunal de Justiça do
Rio Grande do Sul, Prof. de Direito Processual
Civil na Universidade Federal do Rio Grande
do Sul e na Escola da Magistratura da
AJURIS, Diretor da Revista "AJURIS"

— | —

Observações preliminares

Ao tratarmos do processo das pequenas causas, um tema inicial é de ser proposto: CONVÉM A EXISTÊNCIA, NO DIREITO POSITIVO DE CADA PAÍS, DE UM PROCESSO OU, MELHOR DITO, DE UM PROCEDIMENTO ESPECÍFICO PARA OS PROCESSOS RELATIVOS ÀS PEQUENAS CAUSAS?

Juristas brasileiros os mais eminentes têm criticado a adoção de um rito sumário para o tratamento das causas de pequeno valor. Surge logo o argumento de que os limites entre "pequeno valor", "valor mediano" e "grande valor" são rigorosamente arbitrários, e principalmente de que uma demanda pela lei considerada como de "pequeno valor" pode representar, para o litigante pobre, a totalidade de seu patrimônio, e para ele valer muito mais do que, para o litigante abastado, uma demanda de valor muito superior.

Adroaldo Furtado Fabrício, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e professor de direito processual civil na Universidade Federal do RGS, sustenta que, em rigor de doutrina, só se compreende a manutenção de um rito sumário para as demandas às quais corresponda cognição também sumá-

ria, como por exemplo nas ações cautelares e algumas executivas. Lembra o magistério de Fairen Guillén (“El juicio ordinario y los plenarios rapidos”), no sentido de que realmente não se justificaria a adoção de juízos só formalmente sumários. Afirma o ilustre magistrado sul-rio-grandense, aliás com inafastável lógica, que se é possível “acelerar e simplificar o processo sem prejuízo de sua adequação instrumental a seus fins, que se o faça para todas as causas; se, ao contrário, o prejuízo à eficiência é grave e inevitável, que se renuncie à celeridade e à singeleza” (“Procedimiento Sumarísimo”, ed. AJURIS, 1977, n.º 48, pág. 108). Considera inexistirem direitos subjetivos “de primeira classe”, dignos de um procedimento solene, e direitos subjetivos “de segunda classe”, que possam ser tratados sem as garantias inerentes ao procedimento-padrão; deverá, assim, o legislador buscar um “ponto de equilíbrio” entre os interesses da celeridade e da eficiência instrumental, só cogitando de procedimentos diversos do procedimento-padrão quando a natureza do direito material exija o acréscimo de atos processuais, ou sua supressão ou inversões na ordem procedimental. Invoca, ainda, a menor importância, hoje, do argumento histórico, pois no passado adotaram-se procedimentos sumários como meio de fugir à morosidade da velha “solemnis ordo iudiciarius”. A chamada crise do Judiciário, revelada principalmente na morosidade das demandas, é em grande parte uma crise de meios, de insuficiência dos recursos, materiais e humanos, postos à disposição do Poder Judiciário.

Impossível desconhecer a relevância, principalmente no plano doutrinário, das proposições do experimentado magistrado. Realmente, o ideal seria, para todos os processos de cognição completa e que não necessitassem ritos especiais, a adoção de um procedimento ordinário padronizado, o que pressupõe o encontro, pelo legislador, do **ponto de equilíbrio**, nas condições de cada país, entre os ideais de eficiência e de celeridade da Justiça.

Entretanto, vistas as coisas sob um ângulo prático, tão difícil se tem revelado a busca e o encontro desse **“ponto de equilíbrio”** entre a Justiça célere e a Justiça cercada de plenas ga-

rantias, que a existência de ritos sumários em processos de conhecimento com cognição plena, para determinadas causas, é fenômeno que persiste no tempo, velho do direito romano, do direito canônico, do direito lusitano das Ordenações, do Regulamento brasileiro n.º 737, de 1850 (J. J. Calmon de Passos, "Comentários ao CPC", Forense, vol. III, n.º 11), e se mantém em todas as latitudes e em sistemas jurídicos de diferentes matrizes, do direito codificado da família romano-germânica clássica e do "common law". Na Itália, v.g., o CPC prevê a competência dos conciliadores e dos pretores para causas de menor valor (artigos 7, 8) sob o rito sumário ou sumaríssimo (arts. 311 e ss.). Em Portugal, emprega-se o procedimento sumário se o valor da causa não exceder a alçada da Relação, e em determinados casos o procedimento será sumaríssimo — art. 462 do CPC. Em ensaio ainda inédito, o Desembargador Paulo Boeckel Velloso, do TJ do RGS, discorre sobre o processo civil na Inglaterra, sob o regime da "common law", lendo-se que as causas de médio ou pequeno valor são de regra propostas em ação sumária perante uma County Court, reservadas à High Court as causas de maior valor ("O Processo Civil na "Common Law" — Sete Séculos de Experiência", a ser publicado na Revista AJURIS). As pequenas causas no direito inglês, perante as "County Courts", são também estudadas por José Raimundo Gomes da Cruz, em interessante estudo publicado na revista AJURIS, tomo 27, página 24.

Aliás, de um ponto de vista pragmático, geralmente as causas de pequeno valor traduzem conflitos de interesses mais singelos, quer nos aspectos de fato como nas **quaestiones juris**, e, portanto, possíveis de ser apreciados e bem julgados sem necessidade de maiores formalidades e com predominância dos princípios da oralidade e da concentração.

Impende ponderar, outrossim, que em países pobres como os latino-americanos, dificilmente o Poder Judiciário poderá a curto ou médio prazo dispor de verbas suficientes para aparelhar seus Tribunais com pessoal e recursos técnicos de forma a permitir julgamento rápido para todas as causas; assim, convém

“separar” as pequenas causas — nas quais via de regra são interessadas pessoas de condições mais humildes, sem condições para esperar as delongas do procedimento ordinário —, propiciando-lhes meios expeditos e menos onerosos para a solução de seus litígios e para lutar por seus direitos.

É claro, como adverte ADA PELLEGRINI GRINOVER, tratando da proposta para a criação dos “Juizados Especiais de Pequenas Causas”, que a “adoção de fórmulas e de esquemas renovados, capazes de tornar a Justiça mais ágil e mais acessível, não significa o abandono de princípios que representaram e ainda representam importantíssimas conquistas adquiridas para sempre pela ciência processual: o juiz natural, o direito de defesa, o contraditório, entre outros, configuram valores indeclináveis”. Salienta a emérita processualista de São Paulo a alta conveniência em que as pequenas demandas — atualmente resolvidas por “equivalentes jurisdicionais”, freqüentemente arbitrários e violentos —, encontrem solução pronta e rápida, pois a mera existência de uma Justiça célere e eficaz “impede, de per si, a proliferação de condutas contrárias ao Direito”; e chama a atenção de que uma das razões de pouco êxito do procedimento dito “sumaríssimo” (*rectius*, sumário) instituído no CPC brasileiro de 1973, terá sido a atribuição da competência para julgá-lo aos mesmos juízes que julgam os processos sob rito ordinário.

— II —

SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

A maioria dos habitantes de nossos países é de condições econômicas modestas, e os “bens da vida” disputados pelos pobres são geralmente, em termos pecuniários, de pequeno valor, embora possam representar muito, em termos materiais e até mesmo de satisfação do humano senso de Justiça, aos interessados. Todavia, a quase totalidade dessas lides, no campo do direito civil comum (não das lides trabalhistas), não chega ao conhecimento do Poder Judiciário: a necessidade de se socorrer de advogado, a fama de lentidão da Justiça comum, o temor pelas

despesas do processo, a dificuldade de o assalariado afastar-se de seu local de trabalho, tudo contribui, apesar do instituto da "assistência judiciária" (justiça gratuita, nos termos da lei brasileira n.º 1.060, de 5/2/50) para que os menos afortunados busquem soluções extrajudiciais. Na zona rural, ainda é comum a queixa ao chefe político, ao Prefeito, ao líder religioso; nas cidades, o apelo à autoridade policial, a associações comunitárias ou, em certos casos, a reclamação pela imprensa. Isso quando os litigantes não resolvem o caso pelo desforço pessoal, ou simplesmente renunciam, a contragosto, à busca de seus alegados direitos.

A ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL — AJURIS, seguida sem tardança pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, este na pessoa de seu dinâmico Presidente o Desembargador Alceu Conceição Machado, e pela ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ, presente pelos Desembargadores Lauro Lima Lopes e Ary Florencio Guimarães, adotaram pioneira iniciativa no Brasil, visando trazer Justiça às grandes massas populares, sob os auspícios do próprio Poder Judiciário, enquanto se aguarda a tramitação no Congresso Nacional, do projeto de lei que institui Juizados Especiais de Pequenas Causas.

A iniciativa consistiu na criação de "Conselhos de Conciliação e Arbitramento", que logo se popularizaram sob a denominação de "Tribunais de Pequenas Causas". O primeiro, patrocinado pela AJURIS, surgiu na cidade do Rio Grande, o porto marítimo do Estado do RGS.. Logo após, o localizado junto ao Foro Regional de Sarandi (bairro periférico de Porto Alegre). Atualmente, no Rio Grande do Sul, na capital e em várias comarcas do interior, com pleno êxito, funcionam tais conselhos, e assim também no Estado do Paraná, em Curitiba e em outras comarcas.

Nesses "juizados" não há "processo" ou melhor, não há "autos", no sentido comum do termo. As pretensões dos reclamantes, apresentadas pessoalmente, são sucintamente anotadas em ficha própria, e de imediato é designada data para a audiência. Os reclamados são convidados, por via postal, a comparecer, e

a grande maioria deles realmente comparece, embora, como evidente, não estejam legalmente obrigados a atender à convocação, isso face ao caráter ainda não-oficial de tais "juizados". Comparecendo as partes, um árbitro (sempre um advogado, que serve gratuitamente) tenta conciliá-las. Obtida conciliação, lavra-se o respectivo termo, no verso da mesma ficha, assinado pelos acordantes, pelo árbitro e por duas testemunhas, valendo destarte como título executivo extrajudicial. Caso não logrado acordo, as partes são convidadas a aceitar a solução da lide mediante arbitramento. Não obtido acordo, nem aceitando os litigantes o juízo arbitral, o reclamante é concitado a recorrer às vias jurisdicionais. Em Porto Alegre, os juizados de pequenas causas funcionam **à noite**, duas vezes por semana. Não são cobradas custas de espécie alguma. Um magistrado de carreira supervisiona cada "Juizado", e orienta os árbitros quando necessário.

A respeito da experiência gaúcha, e agora também paranaense, já tivemos ocasião de escrever o seguinte:

"Numerosos advogados e professores, os mais eminentes, têm manifestado preocupações com tais propostas. Temem, de início que o valor "justiça" seja asfornado pelas solicitações de rapidez e simplicidade. Receiam, paradoxalmente, pela perda dos direitos das pessoas mais desvalidas. Preocupam-se, e muito, com o aumento dos poderes conferidos ao magistrado, pois a simplicidade procedimental implicaria freqüentemente no controle mais limitado dos litigantes sobre a orientação adotada pelo Juiz no curso do processo. E há quem afirme tratar-se de uma justiça "contra os pobres", por facilitar a cobrança de pequenas dívidas.

Em primeiro lugar, no plano do direito comparado, existe em numerosos países tal tipo de juizados onde se dá prevalência às possibilidades de conciliação e de arbitramento; basta lembrar as "Small Claims Courts", da cidade de Nova Iorque. Os juizados especiais visam em princípio defender os direitos (*rectius*, as pretensões) dos menos favorecidos, tanto que somente pessoas físicas (não as pessoas jurídicas) poderão optar por serem autores perante tais juizados. Busquem-se as estatísticas: quem propõe

demandas atualmente no Brasil, cobrando dívidas? Na quase totalidade, pessoas jurídicas.

Vale lembrar, outrossim, ser preciso confiar mais nos magistrados, em sua capacidade de realizar boa justiça, nas questões menos complexas, mediante um procedimento também menos complexo. Confia-se no médico para o atendimento do filho enfermo; no engenheiro, para o cálculo de concreto da residência. Há que confiar também no Juiz, em sua experiência, em sua boa vontade, em sua capacidade de discernimento.

Outro aspecto do tema: a busca do "ótimo" sói impedir a concretização do "razoável" e do "bom". Somente um rito simplificado permitirá o breve julgamento do imenso número de pequenos litígios (hoje geralmente "resolvidos" pela polícia, pelo desforço pessoal, ou pela desalentada renúncia...), sem congestionar ainda mais as pautas de audiências das Varas Cíveis dos grandes conglomerados urbanos. Assim como para a cura do resfriado não se requer junta médica, igualmente impende, num plano operacional, distinguir entre o procedimento destinado à resolução das causas mais complexas, ou de grande interesse social (como as de estado, v.g.), do procedimento destinado a compor lides singelas entre pessoas maiores e capazes" (Revista AJURIS, tomo 26, editorial, parte final).

— III —

SOLUÇÕES JURISDICIONAIS

Sob duas modalidades as **pequenas causas** podem encontrar soluções através de processos jurisdicionais propriamente ditos:

A) através de "JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS", criados em lei especial, **dentro** do âmbito do Poder Judiciário, revestindo-se assim suas decisões da eficácia de força julgada material;

B) através do aparelhamento comum dos serviços judiciais, embora preferentemente sob procedimento sumário e, se possível, através de varas especializadas.

A primeira modalidade é objeto atualmente, no Brasil, de projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo Federal, através do Ministério para a Desburocratização. O professor JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO, assessor do Ministério, em artigo publicado na Revista AJURIS, tomo 25, lembra o exemplo norte-americano das "Small Claims Courts" (atualmente com jurisdição, no Estado de Nova Iorque, sobre causas de valor até 1.000 dólares), conhecidas como sendo "a corte do homem comum" ("common man's court"). Sustenta que a criação de juizados especiais, destinados a julgar, exclusivamente, causas de reduzido valor econômico, "é uma das formas de minorar, a curto prazo, os graves efeitos políticos, sociais e econômicos da falta de acesso à prestação jurisdicional".

O anteprojeto governamental, estudado por comissão da qual fizeram parte eminentes magistrados, baseia-se nos seguintes princípios:

1. **oralidade e concentração**, com todos os atos processuais desenvolvendo-se numa única audiência, com registro escrito apenas dos atos essenciais;
2. **facultatividade de acesso**, podendo **o autor** (não o réu!) optar pelo juízo comum;
3. **gratuidade** em primeiro grau de jurisdição;
4. acesso somente a **pessoas físicas capazes**, comparecendo as pessoas jurídicas apenas na qualidade de rés;
5. assistência por advogado em caráter apenas **facultativo**, no primeiro grau de jurisdição;
6. **conciliação**, como objetivo primacial a ser perseguido;
7. **não-admissão da intervenção de terceiros**, e substituição da prova pericial pela inquirição de testemunha técnica;
8. **alargamento dos poderes do juiz**;
9. possibilidade de funcionamento em **horário noturno**;

10. **colaboração de advogados**, como conciliadores e árbitros;
11. **limitação do pedido a direitos patrimoniais, de valor não excedente a trinta vezes o valor de referência;**
12. **recurso** para um colegiado composto por três juízes de direito.

A Professora Ada Pellegrini Grinover, estudando o projeto governamental sob o ângulo de sua constitucionalidade, conclui em que o mesmo “guardou inteira fidelidade à Lei Maior” e representa uma “tentativa séria para introduzir em nossa sociedade um processo verdadeiramente moderno e adequado às pequenas causas a que se destina”, podendo, após pequenos retoques, abrir caminho à grande transformação que todo o sistema processual está a demandar (AJURIS, tomo 28, pág. 47 e segs.).

De outra parte, segunda modalidade, as pequenas causas podem ser processadas e julgadas perante os juizados já existentes do Poder Judiciário do Estado. O vigente CPC do Brasil prevê a adoção de um rito denominado “sumaríssimo” (*rectius*, sumário) para as causas de valor não excedente a 20 vezes o maior salário mínimo vigente no País, procedimento este também aplicável, em razão da matéria, a outras causas embora de maior valor.

Teoricamente, o procedimento sumaríssimo do CPC brasileiro pareceria excelente: a) petição inicial, e imediata designação de audiência; b) audiência, com tentativa inicial de conciliação, nela sendo oferecida a defesa, produzida a prova e proferida a sentença (ou prolatada dentro de cinco dias); c) prazo de 90 dias para o término do processo, contados da inicial até a sentença.

Na prática, o sistema não atingiu, na maioria das comarcas, a desejada celeridade, e isso por razões várias. O acúmulo de serviço, as pautas dos juízes já ocupadas por meses, fazem com que freqüentemente a audiência já se realize fora do prazo de 90 dias.

A necessidade de **sempre** realizar a audiência torna inaplicável a melhor inovação do vigente CPC brasileiro, por todos louvada: o “julgamento antecipado da lide”. Em audiência, surge no procedimento sumaríssimo causas muitas de pedidos de adiamento: solicitação de perícias, requerimentos visando a intervenção de terceiros (máxime de denunciação da lide), apresentação de documentos pelo demandado, arguição de fatos extintivos, etc., sem falar no exíguo prazo de até 48 horas antes da audiência para a apresentação do rol de testemunhas do réu.

Em suma: com frequência seria preferível, a bem da celeridade processual, ajuizar um processo sob o rito ordinário do que sob o rito dito sumaríssimo.

Em Encontro Nacional de Direito Processual Civil, realizado em Curitiba em outubro de 1980, apresentamos esboço de anteprojeto de reforma do procedimento sumaríssimo, transcrito na revista AJURIS, tomo 25, pág. 75. Proposição semelhante foi apresentada pelo eminente Juiz Sálvio Figueiredo Teixeira, do Tribunal de Alçada de Minas Gerais e processualista ilustre (Revista Forense, vol. 277, pág. 17).

— IV —

CONCLUSÕES

1. Objetivando assegurar às grandes massas populares a efetividade do acesso à Justiça, garantido pela Constituição, convém incentivar formas judiciais e extrajudiciais específicas de solução dos conflitos de interesses de ordem patrimonial e valor pecuniário reduzido;

2. As modalidades de solução extrajudicial das pequenas causas devem permanecer **sob a supervisão do Poder Judiciário**, com a colaboração da Ordem dos Advogados e das associações comunitárias, através expedientes **informais** visando a conciliação ou o arbitramento, sem despesas de espécie alguma ao demandante;

3. Convém criar, no âmbito propriamente jurisdicional, **Tribunais Especiais para o julgamento das pequenas causas**, sob os princípios da oralidade, da concentração, da gratuidade e da ampliação dos poderes do Juiz, resguardado o princípio fundamental do contraditório;

4. No Brasil, apresenta-se inadiável reformular o procedimento “sumaríssimo” previsto nos artigos 275 e seguintes do Código de Processo Civil em vigor.

* * *